

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

O MERCADO DE CARBONO NO BRASIL:
SUAS LACUNAS LEGAIS E SEUS REFLEXOS EM MATÉRIA
TRIBUTÁRIA

RAFAEL GARCIA RODRIGUES DOS SANTOS

RIO DE JANEIRO

2008

RAFAEL GARCIA RODRIGUES DOS SANTOS

O MERCADO DE CARBONO NO BRASIL:
SUAS LACUNAS LEGAIS E SEUS REFLEXOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade de Nacional
de Direito da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel
em Direito.

Orientador: Professor Dr. Sidney Guerra

RIO DE JANEIRO

2008

Dos Santos, Rafael Garcia Rodrigues.

O mercado de carbono no Brasil: suas lacunas legais e seus reflexos em matéria tributária./
Rafael Garcia Rodrigues dos Santos – 2008.
64 f.

Orientador: Sidney Guerra

Monografia (graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de
Ciências Jurídicas e Econômicas, Faculdade de Direito.

Bibliografia: f. 63-64

1. Mercado de carbono – Monografias. I. Guerra, Sidney e. II. Universidade Federal do Rio de
Janeiro. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Faculdade de Direito.

CDD 341.347

RAFAEL GARCIA RODRIGUES DOS SANTOS

O MERCADO DE CARBONO NO BRASIL:
SUAS LACUNAS LEGAIS E SEUS REFLEXOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade de Nacional
de Direito da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel
em Direito.

Data da Aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof.

Prof.

Prof.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e irmão cujo
apoio foi essencial na minha
cruzada acadêmica; e aos
meus avós pelo carinho
sempre vivo na memória;

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu Orientador Professor Sidney Guerra pelo tempo e atenção dispendidos em sua orientação.

Agradeço a minha namorada Beatriz pelo apoio, carinho, compreensão e contribuição nesse trabalho.

Agradeço aos meus queridos amigos e colegas de faculdade, Juliana, Bruno, Marcio, Leandro, Thadeu entre muitos outros, pela companhia, amizade e por compartilharem esse momento “monográfico”.

Em seguida, agradeço a empresa onde trabalho – KPMG, a qual contribui para que o esforço individual se transforme em conhecimento e valor. Em especial, a Natália Guimarães, que através de seus conselhos, apoio e talento contribuiu de forma decisiva para a materialização desse projeto.

Agradeço ainda a todos os meus amigos e amigas pelas palavras de apoio e momentos de descontração.

RESUMO

DOS SANTOS, Rafael Garcia Rodrigues. Mercado de carbono: suas lacunas legais e seus reflexos em matéria tributária. 2008. 64 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

O presente estudo tem por escopo analisar o efetivo papel dos projetos de redução da emissão de gases geradores do efeito estufa implementados através do Protocolo de Quioto, com especial destaque a participação do Brasil neste processo. Para tanto, inicialmente é procedida uma breve abordagem sobre a crise ambiental mundial sob a ótica das transformações climáticas ocorridas nas últimas décadas, apresentando as principais conferências realizadas no nível internacional para debate sobre o tema. Em seguida, passamos a discorrer sobre os aspectos relevantes quanto à comercialização dos bens gerados pela redução de emissões. O tema central é a ausência de previsão na legislação brasileira da natureza jurídica desses bens. Após, apresenta-se o desdobramento fiscal da comercialização das reduções certificadas de emissão. Por fim, faz-se necessário analisar as principais questões referentes aos tributos federais que podem incidir sobre estas transações.

Palavras-Chave: Protocolo de Quioto, gases geradores do efeito estufa, natureza jurídica, comercialização, tributação.

ABSTRACT

DOS SANTOS, Rafael Garcia Rodrigues. Mercado de carbono: suas lacunas legais e seus reflexos em matéria tributária. 2008. 64 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

This work consists of a critical study about the Clean Development Mechanism projects (CDM) established through the Kyoto Protocol, with focus on the Brazilian aspects about this subject. Initially, our work concentrates on the environmental crisis regarding the climate changes occurred in the last decades. We will present the historical international conferences related to the environment and the climate. In a second moment, we will describe the relevant aspects concerning the commercial trade of the credits generate from CDM projects. In this chapter, there is an exposition about the vacancy of law regarding the classification of these goods in our country. Finally, we will analyze the tax burden over this transactions, limited to the federal income taxes levied.

Keywords: Kyoto Protocol, greenhouse gases, legal classification, commercially viable, taxation.

LISTA DE SIGLAS

AND – Autoridade Nacional Designada

CIGMC – Comissão Interministerial sobre Mudança Global do Clima

Cofins – Contribuição para o Financiamento da seguridade social

COP (Conference of the Parties) – Conferência das Partes

CQNUMC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

CSLL – Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas

CTN – Código Tributário Nacional

EOD – Entidade Operacional Designada

GEE – Gases de efeito estufa

IR – Imposto de Renda

IRPJ – Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

PIS – Programa de Integração Social

RCEs – Reduções Certificadas de Emissões

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2 A CRISE AMBIENTAL E A PROTEÇÃO INTERNACIONAL AO MEIO AMBIENTE	13
2.1 Crise ambiental e o mercado de carbono.....	13
2.2 Efeito estufa.....	15
2.3 Aquecimento global.....	16
2.4 Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente – Estocolmo, 1972.....	18
2.5 Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento – Rio de Janeiro, 1992	21
2.6 Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.....	22
2.7 Protocolo de Quioto.....	26
2.7.1 Implementação conjunta.....	28
2.7.2 Comércio Internacional de Emissões.....	29
2.7.3 Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.....	30
3. NATUREZA JURÍDICA.....	34
3.1. Valores mobiliários.....	34
3.2. <i>Commodities</i>	39
3.3 Bens Intangíveis.....	43
3.4 Natureza jurídica das transações com RCEs.....	45
4 CARGA TRIBUTÁRIA.....	47

4.1 PIS/Pasep.....	48
4.2 Cofins.....	49
4.3 Imposto de renda.....	50
4.3.1 Incidência.....	50
4.3.2 IRPJ.....	52
4.3.3 Regime de apuração do lucro.....	53
4.3.4 Cálculo do IRPJ devido.....	54
4.4 Contribuição social sobre o lucro líquido.....	56
4.4.1 Apuração da CSLL.....	57
4.4.2 Base de cálculo.....	57
4.4.3 Incidência da CSLL sobre as receitas de exportação.....	58
5. CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

Apesar do potencial volume de negócios envolvido, até a presente data não há qualquer regulamentação por diploma legal sobre o mercado de carbono no Brasil.

Nesse cenário de lacuna da lei, o objetivo deste trabalho é enfrentar as principais questões relativas à comercialização e tributação do Crédito de carbono, restrito a um estudo sobre a natureza jurídica desses bens e do tratamento fiscal relativo à incidência de tributos federais sobre o lucro e os rendimentos auferidos.

Para tanto, utilizei-me de pesquisas bibliográficas e de experiências profissionais pregressas sobre o tema por ora abordado.

No primeiro capítulo deste trabalho, abordarei de forma mais detalhada, as questões relacionadas à crise ambiental e ao aquecimento global, com enfoque ao desenvolvimento histórico na comunidade internacional da conscientização sobre a proteção ao meio ambiente, através de um olhar sobre as principais Conferências internacionais realizadas.

À frente, foi realizada análise pormenorizada sobre as implicações jurídicas da comercialização dos bens gerados pela implantação dos projetos de redução das emissões de gases de efeito estufa. Nesta oportunidade, foram abordadas as incertezas quanto à classificação da natureza jurídica desses bens no ordenamento pátrio e apresentados considerações sobre o tema.

No terceiro capítulo, o alvo da análise recaiu sobre a carga tributária que poderá incidir sobre os rendimentos auferidos na comercialização desses créditos. O escopo do trabalho envolveu tão somente a análise relativa aos tributos federais sobre o lucro e rendimentos que podem vir a ser devidos.

Por fim, a conclusão apresenta a síntese do trabalho com as perspectivas para o futuro cenário mundial face ao cumprimento das obrigações estabelecidas pelo Protocolo de Quioto para o período compreendido entre 2008 e 2012.

2 A CRISE AMBIENTAL E A PROTEÇÃO INTERNACIONAL AO MEIO AMBIENTE

2.1 A crise ambiental e o mercado de carbono

A história mundial revela que todas as grandes transformações e reformas foram acompanhadas de mudanças relevantes na forma como o homem se relaciona com o ambiente e com seus semelhantes. O desenvolvimento alcançado pela indústria e pela economia revela a grande capacidade de lidar e manipular com os recursos disponibilizados em nosso planeta.

A tecnologia que impulsiona as máquinas das fábricas e encurta as distâncias entre os povos não influenciaram apenas as relações humanas. O impacto em nosso meio-ambiente, decorrente de décadas de exploração e manipulação dos recursos ambientais, deflagrou a necessidade de reflexão sobre os rumos a serem tomados para minimizar os efeitos da passagem humana sobre o planeta.

O desmatamento de florestas, extinção de espécies animais e vegetais, a poluição de mares e rios, a emissão de gases poluentes e a acumulação de lixo em áreas urbanas eram questões que sempre se mostraram em segundo plano perto do poder econômico e da busca pelo crescimento.

Parece que o tempo em que podíamos mostrar-nos indiferentes as problemáticas ambientais está chegando ao fim. Os estudos científicos alertam cada vez mais para os danos já irreversíveis e para o futuro incerto, caso soluções não sejam brevemente alcançadas.

A aproximação criada entre os países fruto do desenvolvimento das ferramentas de comunicação e transporte ajuda a criar uma consciência coletiva frente à preservação do meio-ambiente.

Nesse contexto, iniciaram-se estudos e discussões entre as nações para busca de soluções ao aquecimento global. O primeiro instrumento para tal foi a realização da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças do Clima.

A Convenção-Quadro (como ficou conhecida) foi concebida em Nova York, em maio de 1992. Sua vigência iniciou-se em Março de 1994, sofrendo até 19 de Novembro de 2006 um total de 189 ratificações. A maior evolução do referido instrumento foi o reconhecimento por um grande número de países de que o sistema climático é um recurso compartilhado cuja estabilidade pode ser afetada por emissões industriais, bem como pelo dióxido de carbono e outros gases que afetam o efeito estufa.

Dentre as Conferências das Partes, a realizada em Quioto no Japão, em dezembro de 1997, destacou-se como uma das mais importantes, uma vez que durante a sua realização, chegou-se a um consenso sobre os princípios e os mecanismos que seriam consolidados em um documento que ficou conhecido como Protocolo de Quioto.

O Protocolo de Quioto é um acordo internacional independente, que acrescenta compromissos aos países signatários de adoção de medidas para redução e estabilização dos níveis de emissão dos gases geradores do efeito estufa e assim reduzir o aquecimento global e seus possíveis impactos.

Em um primeiro momento, ficou estabelecido que apenas os países desenvolvidos listados no Anexo I deste documento, teriam obrigação de adotar medidas para redução dos gases do efeito estufa – “GEE”. De fato, no ano de 1990, os países mais ricos do planeta eram responsáveis pela maior parcela da emissão mundial de gases. Combina-se isto, ao reconhecimento que os países do chamado primeiro mundo, teriam durante seu processo de crescimento econômico gerado maiores danos ao meio ambiente.

Nesse esteio, foram estabelecidos três mecanismos distintos para atender aos objetivos do acordo. A implementação conjunta, o comércio internacional de emissões e o mecanismo de desenvolvimento limpo.

Desses três mecanismos, apenas o mecanismo de desenvolvimento limpo (“MDL”) prevê a participação de países em desenvolvimento, como o Brasil. Segundo o

MDL, é permitido que os países do anexo I¹ desenvolvam projetos de redução de GEE em países não pertencentes ao anexo I, através de mudança em métodos de produção ou transferência de tecnologia, e utilize dessas reduções para cumprir com suas próprias metas de redução.

Surge desta forma, o mercado de carbono como alternativa para conciliação da manutenção do crescimento econômico, desenvolvimento regional, diminuição do processo de aquecimento global e oportunidade para crescimento e distribuição de riquezas para os países em desenvolvimento.

Aproveitando as oportunidades, o Brasil insere-se atualmente como o terceiro país em numero de projetos de MDL certificados pela ONU. Ocupa ainda a quarta posição em termos de valores negociados, atrás de China, Índia e Rússia.

2.2 Efeito Estufa e seus impactos ambientais

O planeta Terra possui sua atmosfera composta por uma combinação de gases. Estes gases funcionam formam uma proteção entre a atmosfera terrestre e o espaço. Certos gases, como o dióxido de carbono, criam uma espécie de barreira, como de uma estufa sobre a terra – daí o nome do fenômeno – deixando a luz do sol entrar e não deixando o calor sair.

¹ Os países do Anexo I correspondem aos países industrializados membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento econômico (“OCDE”) com exceção do México e da Coreia do Sul. Fazem parte ainda, países industrializados em fase de transição para uma economia de mercado, como Rússia e países da Europa Oriental e Central. Os países que compõe a lista do Anexo I são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bielorrússia*, Bélgica, Bulgária, Canadá, Comunidade Européia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Estônia*, Federação Russa*, Finlândia, França, Grécia, Hungria*, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Letônia*, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia*, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, república Tcheco-Eslovaca, Romênia*, Suécia, Suíça, Turquia e Ucrânia. (*) Representam os países em transição para uma economia de mercado.

Esta película formada pelos gases formadores do efeito estufa é responsável por absorver parte da radiação solar impossibilitando sua reflexão direta para o espaço. Do total de raios solares que atingem o planeta, quase 50% fica retido na atmosfera, o restante que alcança a superfície terrestre aquece e irradia calor.

O processo que cria o efeito estufa é originado naturalmente e é o responsável pelo aquecimento do planeta. Se não existisse efeito estufa, a temperatura da superfície terrestre seria extremamente mais fria do que é hoje. O efeito de estufa gerado pela natureza é, portanto, benéfico e imprescindível para a manutenção da vida sobre a terra.

Por outro lado, se a composição dos gases raros for alterada, para mais ou menos, o equilíbrio térmico do mundo sofrerá conjuntamente. Todo esse processo seria perfeitamente equilibrado não fossem as atividades humanas sobre a Terra, que contribuem com emissões adicionais de GEE², e, conseqüentemente, ampliam a capacidade de absorção de energia que naturalmente estes gases já possuem.

2.3 Aquecimento Global

O aquecimento global proveniente da emissão de gases de efeito estufa por fontes antrópicas (relativas à ação humana) tem causado grande preocupação à sociedade moderna, principalmente em cenários que configuram demanda crescente de energia – em grande parte de natureza não-renovável³ – decorrentes do crescimento produtivo e populacional.

² Os gases de efeito estufa elencados pelo Anexo A do Protocolo de Quioto são: dióxido de carbono (CO₂), Metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF₆). Conforme anexo A do referido Protocolo, podem ser identificados como setores e/ou categorias de fontes emissoras desses gases: energia, queima de combustível, setor energético, indústrias de formação e de construção, transporte, emissões fugitivas de combustíveis, combustíveis sólidos, petróleo e gás natural, processos industriais, produtos minerais, indústria química, produção de minerais, produção de halocarbonos e hexafluoreto de carbono, uso de solvente e outros produtos, agricultura, fermentação entérica, tratamento de dejetos, cultivo de arroz, tratamento de esgoto, incineração de resíduos entre outros.

³ Em especial o petróleo e o gás natural, assim como os demais combustíveis fósseis.

As atividades humanas sobre a Terra contribuem com emissões adicionais de gases de efeito estufa, e, conseqüentemente, ampliam a capacidade de absorção de energia que naturalmente estes gases já possuem desequilibrando o processo natural que mantém uma temperatura amena na Terra.

Embora o clima tenha sempre variado de modo natural, resultados de pesquisas e simulações vêm sinalizando evidências de que as emissões excessivas de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso podem provocar mudança permanente e irreversível no clima, imprimindo novos padrões nos regimes de ventos, na quantidade de chuvas e na circulação dos oceanos.

Os gases responsáveis pelo aquecimento global da terra encontram-se na combustão de combustíveis fósseis, como o petróleo e seus derivados, e nas cidades cerca de 40% em razão da queima de gasolina e óleo diesel graças ao elevado número de veículos automotores que circulam.

Os automóveis são responsáveis pela liberação do monóxido de carbono (CO) e dióxido de carbono (CO₂), dióxidos de enxofre derivados de chumbo e hidrocarbonetos.

As indústrias também são responsáveis por esse fenômeno uma vez que emitem enxofre, chumbo e outros materiais pesados, bem como resíduos sólidos que ficam suspensos no ar.

Desta forma, o oxigênio vai sendo cada vez menor o que vai provocar doenças graves no sistema nervoso e respiratório. Quanto à agricultura, as substâncias são originadas a partir do cultivo de arroz, queima de resíduos agrícolas e florestas entre outras. A incineração de resíduos e a deposição de resíduos sólidos na terra constituem outras fontes de gases com efeito de estufa.

A ação do ser humano na natureza tem feito aumentar a quantidade de dióxido de carbono na atmosfera, através de uma queima intensa e descontrolada de combustíveis fósseis e do desflorestamento. A derrubada de árvores provoca o aumento da quantidade de dióxido de carbono na atmosfera pela queima e também por decomposição natural. Além disso, as árvores aspiram dióxido de carbono e produzem oxigênio. Uma menor quantidade de árvores também significa menos dióxido de carbono absorvido.

Assim, cada vez mais, o modo como o homem dispõe do meio ambiente vêm afetando a qualidade de vida e se mostrando como um processo crescente de autodestruição. Medidas coletivas entre as nações amparadas por um direito de cunho internacional tornam-se uma necessidade urgente.

2.4 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano – Estocolmo 1972

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano, conhecida internacionalmente como Conferência de Estocolmo, foi realizada na Suécia durante o mês de junho de 1972.

Para fins do presente estudo, se faz extremamente relevante apresentar os marcos internacionais da proteção internacional sobre o meio ambiente e o caminhar histórico das nações na implementação de ações eficazes de proteção. Nesse sentido, Estocolmo emerge como o ponto de partida para a adoção de uma consciência coletiva acerca dos problemas ambientais e um começo do aprofundamento dos estudos e pesquisas sobre a temática ambiental e a influência da presença do homem no planeta.

Essa Conferência é de relevante importância para a história da evolução da proteção internacional ao meio ambiente visto que representa o primeiro grande encontro internacional para o debate e discussão dos problemas ambientais globais e da relação entre desenvolvimento e meio ambiente.

Reuniram-se pela primeira vez em um mesmo encontro, as autoridades dos países industrializados e em desenvolvimento para tratar de questões globais e de como a ação de cada um deles impacta no ambiente global.

Como resultado deste encontro, tivemos a adoção de bases e princípios expressos na Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano. Nessa Declaração, encontramos

artigos e princípios que visam reger o crescimento econômico e a vida humana dentro de um conceito de maior preocupação com a preservação do meio ambiente.

Uma análise sobre a Declaração de Estocolmo deixa claro o entendimento das nações adotado à época, no sentido de considerar o homem como o centro da relação com o meio ambiente.

Estocolmo foi marcada pela polarização entre os países industrializados e os em desenvolvimento. De um lado, as nações mais desenvolvidas não vislumbravam abrir mão do seu crescimento em razão de uma proteção ao meio ambiente. No sentido oposto, os países em desenvolvimento almejavam maior crescimento econômico e por isso, não aceitavam terem seus interesses cerceados por nações que já haviam atingido um patamar de industrialização mais elevado.

Concluiu-se que o maior problema ambiental relacionado aos países desenvolvidos relacionava-se à poluição industrial, enquanto nos países menos industrializados, estavam ligados à pobreza e ao mau uso dos recursos naturais.

Ademais, foi defendido à época que o crescimento populacional seria uma das grandes causas do esgotamento dos recursos naturais e, por isso, deveriam ser realizadas ações visando o controle do crescimento da população humana.

Nesse sentido, a Declaração de Estocolmo emanou entendimento de que o crescimento econômico não deveria ser freado e, sim, atrelado a um maior equilíbrio. Conforme podemos extrair da leitura do princípio nº. 8, da referida Declaração,

favorável e
melhoria da qualidade

“O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho criar, na Terra, as condições necessárias à de vida.”⁴

Reiterando a posição quanto às nações em desenvolvimento, a Declaração prevê ainda, através de seus princípios que:

países em

“11. As políticas ambientais de todos os países deveriam melhorar e não afetar adversamente o potencial desenvolvimentista atual e futuro dos desenvolvimento, nem obstar o

⁴ Princípio nº.8, Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano – 1972.

atendimento de melhores Estados e as organizações providências apropriadas, para fazer frente às possíveis nacionais e internacionais de medidas ambientais

condições de vida para todos; os internacionais deveriam adotar visando chegar a um acordo, conseqüências econômicas resultantes da aplicação

12. Recursos deveriam ser destinados para a preservação e melhoramento do meio ambiente tendo em conta as circunstâncias e as necessidades especiais dos desenvolvimento e gastos que pudessem medidas de conservação do meio desenvolvimento, bem como a quando solicitado, mais internacional com este

países em originar a inclusão de ambiente em seus planos de necessidade de oferecer-lhes, assistência técnica e financeira fim.”⁵

Em síntese, a Conferência de Estocolmo concluiu que a preservação do meio ambiental correspondia ao grande problema global vinculado ao crescimento econômico e a continuidade do bem-estar da humanidade. Para isso, deveria haver a união das nações, das empresas, da sociedade e das organizações internacionais para que se levassem a ações efetivas de proteção ao meio ambiente e ao clima mundial.

Entretanto, não podemos identificar em Estocolmo instrumentos suficientes para trazer à prática o discurso expresso em sua Declaração. De fato, os olhares mundiais começaram a se lançar sobre o tema, mas na prática, não se reproduziram em ações para a proteção do ambiente. Cabia ainda a cada Estado, de forma independente, atuar e decidir sobre o uso dos recursos naturais dentro de seu território.

Em síntese, Estocolmo representou o ponto de largada para a discussão e o envolvimento mundial sobre os temas ligados a preservação e proteção ao meio ambiente. Entretanto, não foram observadas normas ou instrumentos cogentes que pudessem garantir, na prática, o sucesso e eficácia dos princípios e objetivos da referida Convenção.

2.5 Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio de Janeiro, 1992.

⁵ Princípios nº.11 e 12, Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano – 1972

O Rio de Janeiro foi sede da segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada em junho de 1992. Este segundo encontro, pretendia de forma prática verificar as ações implantadas a nível mundial vinte anos após a Conferência de Estocolmo.

O encontro ficou conhecido como “Cúpula da Terra”, “Earth Summit” ou apenas “Rio -92”. Contou com a participação de 172 países⁶, tendo como grande diferença em relação a Estocolmo, o fato de contar com a presença de um grande número de chefes de Estado.

Como resultado da Cúpula da Terra, podemos citar como principais frutos:

- (i) Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento;
- (ii) Agenda 21;
- (iii) Convenção- Quadro sobre Mudanças Climáticas;
- (iv) Convenção sobre diversidade biológica; e
- (v) Declaração de princípios sobre florestas.

Entre os objetivos centrais desta Conferência, podemos citar a grande foco quanto às políticas de cooperação internacional, assim como a busca pelo desenvolvimento sustentável e a preocupação de garantir aos países em desenvolvimento acesso às tecnologias limpas (menos poluentes). Esta preocupação pode ser ilustrada através do Princípio nº.9, extraído da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, abaixo reproduzida:

“Os Estados deveriam cooperar para o fortalecimento de sua própria capacidade de chegar ao desenvolvimento sustentável, aumentando o sabor científico mediante o intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos, e intensificando o desenvolvimento, a adaptação, a difusão e a transferência de tecnologias, entre as quais, tecnologias novas e inovadores.”

⁶ Do total de países membros da ONU, apenas seis não estiveram presentes.

Se no encontro realizado em Estocolmo, no ano de 1972, o clima entre os países levava para um confronto entre países desenvolvidos e os menos favorecidos, na Cúpula da Terra solidificam-se raízes mais fortes para uma cooperação eficaz entre as nações.

De fato, no caminhar histórico até Quioto, a Conferência realizada no Rio representou um grande passo ao introduzir a Convenções-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima e solidificar a idéia de desenvolvimento sustentável como um fim a ser perseguido por todas as nações.

O elo entre a Cúpula da Terra e o Protocolo de Quioto é, portanto, muito claro.

2.6 Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Em maio de 1992, em Nova Iorque, foi finalizada a redação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC). Em junho do mesmo ano, durante a realização da Cúpula da Terra (Rio-92), foi aberta a aprovação e assinatura pelos países.

A Convenção nasce fruto de um entendimento entre as diversas nações de que os danos ao clima mundial deveriam ser combatidos e reduzidos através de ações mais eficazes e efetivas. Esse entendimento materializa-se pela leitura do texto da Convenção⁷, em seu artigo segundo, abaixo reproduzido:

Partes é o de	“Artigo 2. O objetivo final desta Convenção e de quaisquer instrumentos jurídicos com ela relacionados que adote a Conferência das
pertinentes desta	alcançar, em conformidade com as disposições
concentrações de gases de efeito estufa	Convenção, a estabilização das
impeça uma interferência antrópica perigosa	na atmosfera num nível que
deverá ser alcançado num prazo	no sistema climático. Esse nível
ecossistemas	suficiente que permita aos
adaptarem-se naturalmente à	mudança do clima, que

⁷ Traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Fonte: sítio do referido ministério <<http://www.mct.gov.br>> visualizado em 25 de agosto de 2008.

assegure que a produção de alimentos não seja
ao desenvolvimento econômico prosseguir de

ameaçada e que permita
maneira sustentável.”

Nesse instrumento foram instituídas diversas obrigações aos países signatários. Apesar da Convenção por si só não representar uma ferramenta cogente nem prever tampouco sanções ao seu descumprimento, o reconhecimento das nações industrializadas de sua obrigação com um futuro coletivo demonstra um grande avanço para a implementação de mecanismos eficientes para melhoria do clima mundial.

Nesse sentido, a autora Monica Damasceno, em texto sobre o tema esclarece:

tipo de que a	“A Convenção do Clima não é considerada um tratado impositivo, com normas e regras cogentes. Cuida-se sim, de uma “soft law”, um lei não juridicamente vinculante, que não implica em sanções aos descumprirem.” ⁸
------------------	---

Neste documento foram previstas obrigações extensivas a todos os países signatários e outras apenas aplicáveis a determinados grupos de países. Em linhas gerais, consolidou-se o entendimento de que os países mais desenvolvidos beneficiaram-se durante anos de um processo de industrialização mais acelerado e, por essa razão, como maiores poluidores, deveriam ser os primeiros a sofrerem com uma redução de suas emissões. Aos países em desenvolvimento não foram atribuídas obrigações quanto à redução das emissões de GEE.

A CQNUMC foi assinada pelo Brasil em 1992 durante a Cúpula da Terra e, posteriormente, promulgada através do Decreto nº 2.652 datado de julho de 1998.

Conforme textos da Convenção do Clima aplicam-se entre outras, as obrigações a todos os países de:

objetivos e inventários remoções por não controlados pelo metodologias comparáveis a serem Partes;	<p>“1. Todas as Partes, levando em conta suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e suas prioridades de desenvolvimento, circunstâncias específicos, nacionais e regionais, devem:</p> <p>a) Elaborar, atualizar periodicamente, publicar e por à disposição da Conferência das Partes, em conformidade com o Artigo 12, nacionais de emissões antrópicas por fontes e das sumidouros de todos os gases de efeito estufa Protocolo de Montreal, empregando acordadas pela Conferência das</p> <p>b) Formular, implementar, publicar e atualizar regularmente programas nacionais e, conforme o caso, regionais, que incluam medidas</p>
---	--

⁸ DAMASCENO, Monica. *Aquecimento Global e Créditos de Carbono – aspectos jurídicos e técnicos*. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2007. p.42

para mitigar a mudança do clima, enfrentando as emissões antrópicas
 por fontes e remoções por sumidouros de todos os gases de efeito
 estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, bem como
 medidas para permitir adaptação adequada à mudança do clima;(...)”⁹

Aos países do anexo I aplicam-se exclusivamente outras obrigações. Dentre elas, as de maior relevância são:

“2. As Partes países desenvolvidos e demais Partes constantes do Anexo I se comprometem especificamente com o seguinte:

- a) Cada uma dessas Partes deve adotar políticas nacionais 1/ e medidas correspondentes para mitigar a mudança do clima, limitando sua emissões antrópicas de gases de efeito estufa e protegendo e aumentando seus sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa. Essas políticas e medidas demonstrarão que os países desenvolvidos estão tomando a iniciativa no que se refere a modificar as tendências de mais longo prazo das emissões antrópicas em conformidade com o objetivo desta Convenção, reconhecendo que contribuiria para tal modificação a volta, até o final da presente década, a níveis anteriores das emissões antrópicas de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal; e levando em conta as diferentes situações iniciais e enfoques, estruturas econômicas e fontes de recursos dessas Partes, a necessidade de manter um crescimento econômico vigoroso e sustentável, as tecnologias disponíveis e outras circunstâncias individuais, bem como a necessidade de que cada uma contribua equitativa e adequadamente ao esforço desse objetivo. Essas Partes podem implementar juntamente com outras Partes e podem auxiliar essas outras Partes a contribuírem para que se alcance o objetivo desta Convenção e, particularmente, desta alínea;
- b) A fim de promover avanço nesse sentido, cada uma dessas Partes deve apresentar, em conformidade com o Artigo 12, dentro de seis meses da entrada Em vigor para si desta Convenção, e periodicamente a partir de então, informações pormenorizadas sobre as políticas e medidas a que se refere a alínea (a) acima, bem como sobre a projeção de suas emissões antrópicas residuais por fontes e de remoções por sumidouros de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal no período a que se refere a alínea (a) acima, com a finalidade de que essas emissões antrópicas de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal voltem, individual ou conjuntamente, a seus níveis de 1990. Essas informações serão examinadas pela Conferência das Partes em sua primeira sessão e

⁹ Parágrafo primeiro, artigo quarto, Convenção do Clima Clima – tradução do Ministério da Ciência e Tecnologia. Fonte: site do Ministério da Ciência e Tecnologia <www.mct.gov.br> visualizado em 25 de agosto de 2008.

periodicamente a partir de então, em conformidade com o Artigo 7,¹⁰
(...)

Foi estabelecido ainda, que deveriam ser realizados encontros periódicos a fim de debater, revisar e analisar as questões climáticas, bem como a eficácia dos instrumentos e dos projetos de proteção e conservação do clima mundial. Desta forma, foi atribuído a Conferência das Partes (COP) o caráter de órgão maior da CQNUMC. A princípio, foi estabelecido que os encontros deveriam acontecer anualmente, exceto se acordado de outra maneira entre as partes.

A primeira Conferência das Partes foi realizada em Berlim no ano de 1995. Nesta Conferência, os países reconheceram que a meta estabelecida de redução de emissão dos GEE para os níveis observados em 1990 não estava sendo eficaz e, nem tampouco, seria suficiente para garantir a diminuição necessária da interferência humana no clima da Terra.

Desta forma, iniciaram-se negociações para que fossem estabelecidos compromissos e garantias mais claras e eficazes, estabelecidas através de um Protocolo, para que o crescimento de emissões dos GEE fosse detida, em especial nos países industrializados.

A segunda Conferência das Partes foi realizada no ano de 1996 em Genebra. Neste encontro, iniciou-se de forma mais prática, a elaboração de um Protocolo internacional, que previsse de forma clara as obrigações a serem perseguidos por cada país, os mecanismos para atingi-la e as sanções pelo seu descumprimento.

Ocorreu então, na terceira Conferência das Partes, realizada em Quioto no ano de 1997, a apresentação do texto do referido Protocolo (que passou a ser conhecido mundialmente como Protocolo de Quioto).

Posteriormente, foram realizados mais encontros do COP, sempre com o intuito de revisar e verificar a efetividade do Protocolo e das medidas adotadas para redução das emissões de GEE.

¹⁰ Parágrafo segundo, do artigo quarto, da Convenção do Clima – tradução do Ministério da Ciência e Tecnologia. Fonte: site do Ministério da Ciência e Tecnologia <<http://www.mct.gov.br>> visualizado em 25 de agosto de 2008.

Trataremos agora, de forma mais detalhada, do estudo do referido Protocolo de Quioto visto que a partir de seu texto legal extraem-se os compromissos e os fundamentos para entender o funcionamento dos mecanismos de redução das emissões de GEE adotados pelos países em nível global.

2.7 Protocolo de Quioto

Como mencionado anteriormente, em 1992, no Rio de Janeiro, (ECO-92)¹¹, a assinatura, por representantes de 154 países, da Convenção-Quadro nas Nações Unidas sobre Mudança do Clima oficializou o reconhecimento internacional da necessidade de ações efetivas e eficazes contra os danos causados no meio ambiente pelas ações humanas, suas conseqüências sobre as condições climáticas do planeta e seus impactos negativos contra a humanidade.

Posteriormente, outras convenções (Berlim-1995/Genebra-1996) voltaram a debater a questão da perigosa interferência do aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, no sistema climático da Terra, buscando novas adequações para o compromisso dos países desenvolvidos em reduzir significativamente a emissão dos mesmos.

A crescente pressão pública obrigou governos a buscarem, enfim, definir critérios, metas e prazos que vinculassem objetivamente os principais responsáveis pela emissão de gases poluentes ao compromisso de limitação e reversão de seu crescimento. Tornado público em dezembro de 1997, no Japão, o Protocolo de Quioto adquiriu importância histórica ao relacionar em seu Anexo I os países que até o período entre 2008 e 2012, deverão reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE), em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990.

¹¹ Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio de Janeiro - 92

Quanto aos países não listados no Anexo I, por exemplo, Brasil, China e Índia, os mesmos serão acompanhados através de inventários e deverão ainda atuar em parceria com os países desenvolvidos para atingimento das metas estabelecidas.

Para entrar em vigor, era necessário que pelo menos 55 partes da Convenção, englobando as partes pertencentes ao Anexo I, depositassem seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou acessão ao Protocolo. Desta forma, apenas quando a Rússia efetuou a ratificação, em 2005, conseguiu-se o quorum mínimo para início da validade deste instrumento.

O protocolo prevê que os países do anexo I deverão adotar 3 mecanismos de flexibilização, os quais permitem acordos entre empresas ou nações, no cumprimento dos objetivos ali definidos; a saber:

- (i) Implementação conjunta; permite as partes do Anexo I implementar políticas e medidas conjuntas.
- (ii) Comercio de Emissões; permite aos países do Anexo I comercializar créditos de carbono entre si.
- (iii) Mecanismos de Desenvolvimento Limpo; permite parcerias daqueles países com outros países em desenvolvimento para criação de novos créditos comercializáveis entre as partes.

O Brasil recepcionou o Protocolo de Quioto na legislação pátria através do Decreto Legislativo nº 144 do ano de 2002. Sobre esta incorporação a legislação interna, ressalta-se o brilhante parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional¹², elaborado pelo redator Deputado Fernando Gabeira, abaixo reproduzido:

Direito	<p>“Do ponto de vista do Direito Internacional Público, este ato internacional é consentâneo com as tendências mais modernas do das Gentes, na medida em que consagra princípios como a precaução, o aspecto das responsabilidades comuns, mas diferenciadas e o da cooperação entre as nações para a obtenção de resultados comuns.</p>
---------	--

O Protocolo de Quioto é uma conquista normativa histórica que faz lembrar a palavra chinesa para "crise": wei-chi – perigo e

¹² Mensagem nº. 166, Comissão de relações exteriores e de defesa nacional – 2002.

oportunidade.
desvios de trajetória,
todos de forma
economicamente suicida e

Há a oportunidade de se corrigir, neste momento, os
cuja consequência é a mudança climática que afetará a
exponencialmente crescente, irreversível,
inviabilizadora da vida neste planeta.”

2.7.1 Implementação Conjunta

No mecanismo de flexibilização denominado Implementação Conjunta, os países pertencentes ao Anexo I podem efetuar a transferência ou cessão do crédito de emissões certificadas de GEE para outros países do Anexo I, permitindo desta forma, o desenvolvimento de projetos e políticas comuns entre os países.

O mecanismo de implementação conjunta está expresso no artigo sexto, do Protocolo de Quioto, abaixo reproduzido:

qualquer
resultantes de
fontes ou o
gases de efeito

que

Arts. 5 e

compromissos

“1. A fim de cumprir os compromissos assumidos sob o Art. 3, qualquer Parte incluída no Anexo I pode transferir para ou adquirir de outra dessas Partes unidades de redução de emissões projetos visando à redução das emissões antrópicas por aumento das remoções antrópicas por sumidouros de estufa em qualquer setor da economia, desde que:

- (a) O projeto tenha a aprovação das Partes envolvidas;
- (b) O projeto promova uma redução das emissões por fontes ou um aumento das remoções por sumidouros que sejam adicionais aos ocorreriam na sua ausência;
- (c) A Parte não adquira nenhuma unidade de redução de emissões se não estiver em conformidade com suas obrigações assumidas sob os 7; e
- (d) A aquisição de unidades de redução de emissões seja suplementar às ações domésticas realizadas com o fim de cumprir os previstos no Art. 3.(...)”¹³

Em síntese, pela implementação conjunta, os países do Anexo I poderão cumprir com as suas obrigações adquirindo ou transferindo créditos de reduções de emissões geradas através de projetos desenvolvidos em outros países do Anexo I.

¹³ Parágrafo primeiro, artigo sexto, Protocolo de Quioto, 1997.

O método de implementação conjunta não será alvo de análise mais detalhada neste trabalho visto que esse mecanismo somente é aplicável entre os países do Anexo I e, portanto, não é aberto ao Brasil.

2.7.2 Comércio Internacional de Emissões

Tratado como um método suplementar para cumprimento das metas estabelecidas de redução dos GEE, o comércio internacional de emissões (CIE) foi implementado através do artigo 17 do Protocolo de Quioto. Esse mecanismo permite que os países do Anexo I possam comercializar unidades de redução de emissões com os demais países do Anexo I.

Conforme se extrai da leitura do Protocolo abaixo transcrito:

“Art. 17 A Conferência das Partes deve definir os princípios, as modalidades, regras e diretrizes apropriados, em particular para verificação, elaboração de relatórios e prestação de contas do comércio de emissões. As Partes incluídas no Anexo B podem participar do comércio de emissões com o objetivo de cumprir os compromissos assumidos sob o Art. 3. Tal comércio deve ser suplementar às ações domésticas com vistas a atender os compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos sob esse Artigo.”¹⁴

Assim como a Implementação Conjunta, o mecanismo do Comércio Internacional de Emissões não prevê a possibilidade de participação dos países em desenvolvimento (como o Brasil). Desta forma, dada a inaplicabilidade para fins brasileiros, não será escopo deste trabalho, analisar de forma mais profunda esse mecanismo.

¹⁴ Artigo 17, Protocolo de Quioto, 1997.

2.7.3 Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL

O mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) é o único que contempla os países não incluídos no Anexo I, permitindo-lhes contribuir com suas reduções de emissão para o atingimento das metas fixadas para os países industrializados e ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento sustentável em seus territórios.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL está previsto no art.12 do Protocolo de Quioto e baseia-se na regulamentação proposta pela Conferencia das Partes 7, conhecida como Acordo de Marrakesh.

- “1. Fica definido um mecanismo de desenvolvimento limpo.
2. O objetivo do mecanismo de desenvolvimento limpo deve ser
 - assistir às Partes não incluídas no Anexo I para que atinjam o desenvolvimento sustentável e contribuam para o objetivo final da Convenção, e assistir às Partes incluídas no Anexo I para que cumpram seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos no artigo 3.
3. Sob o mecanismo de desenvolvimento limpo:
 - (a) As Partes não incluídas no Anexo I podem beneficiar-se-ão de atividades de projetos que resultem em reduções certificadas de emissões; e
 - (b) As Partes incluídas no Anexo I podem utilizar as reduções certificadas de emissões, resultantes de tais atividades de projetos, para contribuir com o cumprimento de parte de seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos no Art. 3, como determinado pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das partes deste Protocolo.
4. O mecanismo de desenvolvimento limpo deve sujeitar-se à autoridade e orientação da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo e à supervisão de um conselho executivo do mecanismo de desenvolvimento limpo.
5. As reduções de emissões resultantes de cada atividade de projeto devem ser certificadas por entidades operacionais a serem designadas pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo, com base em:
 - (a) Participação voluntária aprovada por cada Parte envolvida;
 - (b) Benefícios reais, mensuráveis e de longo prazo relacionados com a mitigação da mudança do clima, e

- (c) Reduções de emissões que sejam adicionais as que ocorreriam na ausência da atividade certificada de projeto.
6. O mecanismo de desenvolvimento limpo deve prestar assistência quanto à obtenção de fundos para atividades certificadas de projetos quando necessário.
7. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo deve, em sua primeira sessão, elaborar modalidades e procedimentos com o objetivo de assegurar transparência, eficiência e prestação de contas das atividades de projetos por meio de auditorias e verificações independentes.
8. A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo deve assegurar que uma fração dos fundos advindos de atividades de projetos certificados seja utilizada para cobrir despesas administrativas, assim como assistir às Partes países em desenvolvimento que sejam particularmente vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima para fazer face aos custos de adaptação.
9. A participação no mecanismo de desenvolvimento limpo, incluindo nas atividades mencionadas no parágrafo 3(a) acima e na aquisição de reduções certificadas de emissão, pode envolver entidades privadas e/ou públicas e deve sujeitar-se a qualquer orientação que possa ser dada pelo conselho executivo do mecanismo de desenvolvimento limpo.
10. Reduções certificadas de emissões obtidas durante o período do ano 2000 até o início do primeiro período de compromisso podem ser utilizadas para auxiliar no cumprimento das responsabilidades relativas ao primeiro período de compromisso.”

Em síntese, os países em desenvolvimento como o Brasil podem realizar projetos que seqüestram ou reduzem as emissões dos GEE e com isso gerar créditos proporcionais a redução verificada. Posteriormente, esses créditos poderão ser comercializados com os países do Anexo I, que utilizarão estes créditos para cumprir com suas metas de redução.

Poderão ser desenvolvidos projetos de MDL em diversas áreas e segmentos, como por exemplo, no setor energético com os programas de energia alternativa, biodiesel, energia eólica, álcool, solar entre outras e, no setor agropecuário com o reflorestamento, uso de biomassa e agropecuária.

Atualmente, segundo dados atualizados de setembro de 2008¹⁵, o Brasil possui cerca de 39% de suas reduções anuais de emissões ligadas a projetos de MDL referentes

¹⁵ Status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no Mundo – última compilação do site da CQNUMC de 30 de setembro de 2008. Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0026/26985.pdf> visualizado em 05 de novembro de 2008.

a energia renovável. Em segundo plano, aparecem os projetos ligados aos aterros sanitários (24%) e a redução de N₂O (15%). Figuram ainda na lista, os projetos ligados a suinocultura, troca de combustíveis fósseis, eficiência energética, resíduos, reflorestamento e processos industriais.

Em relação à localização regional desses projetos, verifica-se no mesmo estudo, que São Paulo desponta como o estado brasileiro onde se encontram o maior número de projetos de MDL certificados (21%). Minas Gerais aparece na lista em segundo lugar com 14% e o Rio Grande do Sul em terceiro, com 10%.

No ranking da CQNUMC¹⁶, o Brasil figura como o terceiro país em número de inscrições de projetos MDL - atrás apenas da Índia e da China - e responde por 20% do total de créditos de carbono negociados pela América Latina.

Adicionalmente, o Brasil até o momento ocupa o terceiro lugar também entre os países que mais devem gerar RCEs através de projetos de MDL, atrás apenas de China e Índia, conforme projeções realizadas pela CQNUMC.¹⁷

Do ponto de vista prático, o caminho para apresentação e aprovação de um projeto de MDL é longo e, passa obrigatoriamente pela aprovação por autoridades nacionais e internacionais.

O ciclo de um projeto de MDL possui 7 fases distintas: apresentação de um documento de concepção de projeto (“DCP”); validação; aprovação pela Autoridade Nacional Designada; registro, monitoramento, verificação/certificação e emissão – no âmbito do Conselho Executivo de MDL.

Assim, os projetos de MDL são supervisionados por três entidades: o Comitê Executivo de MDL, a Autoridade Nacional Designada¹⁸ e a Entidade Operacional Designada. O correto cumprimento de todas as exigências resultará na emissão, pelo Comitê Executivo do MDL, de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), as quais

¹⁶ Idem.

¹⁷ Para o primeiro período de obtenção de créditos, em termos de reduções de emissões projetadas, o Brasil seria responsável pela redução de 322,005,702 t CO₂, que corresponde a 6% do total mundial conforme informações atualizadas até setembro de 2008. Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia – http://www.mct.gov.br/upd_blob/0026/26985.pdf

¹⁸ No caso brasileiro, a Autoridade nacional designada é a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (“CIMGC”). Criada por meio de Decreto presidencial em 1999, a Comissão é presidida pelo Ministro da Ciência e Tecnologia sendo a vice-presidência ocupada pelo Ministro do Meio Ambiente.

serão creditadas aos participantes da atividade do projeto, constituindo-se um bem comercializável. Tais reduções podem ser adquiridas por investimento particular no mercado de carbono de entidades com metas de redução a cumprir ou podem ser adquiridos por Órgão Não-Governamental, sem objetivo de revenda, a fim de estimular a necessidade de novos projetos.

Em síntese, após a certificação do projeto de MDL pelas entidades competentes, as reduções de emissões geradas por tal atividade serão medidas, quantificadas, e posteriormente, certificadas ao titular do projeto. As unidades de emissões certificadas serão representadas pelos RCEs (reduções certificadas de emissões). As RCEs serão, portanto, o bem passível de comercialização no mercado internacional.

Cada Redução Certificada de Emissão representa uma tonelada métrica de dióxido de carbono. Estima-se que cerca de 100 milhões de toneladas de carbono equivalente serão operacionalizadas na América Latina, com projetos MDL.

Apesar de a primeira meta de redução de GEE corresponder ao período compreendido entre os anos de 2008 a 2012, os projetos de MDL certificados poderão ter seus créditos gerados reconhecidos a partir do ano de 2000.

O escopo deste trabalho, conforme mencionado anteriormente, não é percorrer os caminhos e etapas até a certificação de um projeto de MDL. Desta forma, para fins de consolidação dos entendimentos apresentados até agora, é importante manter em mente que: (i) os países em desenvolvimento poderão participar do mercado de carbono através dos projetos de MDL; (ii) o bem comercializável será a RCE, originada em função da quantidade de emissão de GEE reduzidas; (iii) o titular do projeto de MDL poderá negociar as RCEs geradas com terceiros.

Trataremos agora, da análise referente aos principais aspectos que envolvem a comercialização e tributação das RCEs nas transações celebradas entre titulares de projetos de MDL no Brasil.

3 Natureza Jurídica das RCEs

Conforme explanado no capítulo anterior, os projetos de MDL certificados serão responsáveis por gerarem as RCEs. As RCEs serão os bens passíveis de comercialização no mercado internacional.

Assim como a maioria dos países, o Brasil ainda não regulamentou a natureza jurídica das RCEs. A ausência de norma jurídica que confira certeza quanto a esta classificação enseja intenso debate dentre os interessados na oportunidade de negócios promovidos pela comercialização desses títulos, principalmente do ponto de vista comercial e tributário. Isto é, faz-se necessário um estudo aprofundado na ciência do direito acerca da demarcação dos RCEs como instituto de direito privado, adequadamente classificado, que resulte em tratamento tributário e mercantil dotado de segurança jurídica.

O presente capítulo tem como escopo destrinchar as principais correntes desenvolvidas pelos doutrinadores pátrios, na busca por uma análise imparcial e abrangente, não contaminada por posições viciadas, com foco na aplicabilidade da matéria sobre o campo do direito tributário e comercial.

Analisaremos neste capítulo, as classificações propostas quanto à natureza jurídica das RCEs no direito brasileiro, assim como, a transação comercial que conseqüentemente estarão submetidos esse bens.

3.1 Valores mobiliários

Emerge com grande força, pensamento que defende a classificação das RCEs como títulos ou valores mobiliários. Em um primeiro momento, para que se possa

enriquecer a discussão e análise dessa tese, mister se faz, reconhecer e identificar os principais elementos balizadores desse instituto.

Desta forma, a intenção do presente trabalho, não será debruçar-se sobre as discussões que permeiam este campo; e sim, valendo-se dos textos legais e da mais consagrada doutrina, apresentar a essência dessa figuras, tecendo em linhas gerais, sua aplicabilidade as RCEs.

A primeira previsão legal sobre valores mobiliários apareceu em nosso ordenamento jurídico através da edição da Lei 6.385, do ano de 1976, que dentre suas disposições, instituiu a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e dispôs de maneira geral sobre o mercado de valores mobiliários, suas emissões e aspectos negociais.

A definição de valores mobiliários não se apresenta disposta em textos legais, já que a legislação brasileira preocupou-se apenas em listar as figuras consideradas como valores mobiliários, sujeitas a regime legal próprio. Esta particularidade transformou o estudo dos valores mobiliários em atividade exaustiva e controvertida entre a doutrina brasileira.

Como regra geral, os valores mobiliários representam a maioria dos títulos de emissão por sociedades anônimas, com obrigatoriedade de registro junto a órgão competente – no Brasil, a CVM. Podemos citar como exemplo as ações, debêntures, bônus de subscrição, entre outros.

Os valores mobiliários, via de regra, são majoritariamente alvo de comercialização em Bolsa de Valores, intermediados por corretoras de valores e sociedades distribuidoras. Nada obsta, entretanto, que sejam realizadas negociações privadas diretamente entre as partes interessadas, fora do ambiente de Bolsa de Valores e sem intermediários. (Resolução 2690/00 – art. 36, II).

Mais recentemente, o legislador pátrio veio ampliando a lista apresentada na Lei 6.385/76, através de Resoluções – 1.723/90; 1.907/92; 2.405/97 e 2.517/98, e de forma mais contundente, pela edição das Leis nº. 10.198 e nº. 10.303, ambas no ano de 2001.

Após todas as alterações, o artigo 2º da Lei nº 6.385 vigora atualmente com a seguinte redação:

“Art. 2º São valores mobiliários sujeitos ao regime desta Lei:

I – as ações, debêntures e bônus de subscrição;

II – os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de
desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no

inciso II;

III – os certificados de depósito de valores mobiliários;

IV – as cédulas de debêntures;

V – as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de
clubes de investimento em quaisquer ativos;

VI – as notas comerciais;

VII – os contratos futuros de opções e outros derivativos, cujos ativos
subjacentes sejam valores mobiliários;

VIII – outros contratos derivativos, independentemente dos ativos
subjacentes; e

IX – quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou
contratos de investimento coletivo, que gerem direito de
participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante
de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do
esforço do empreendedor ou de terceiros (...).”

Alguns estudiosos vêm discutindo a tese de que a inclusão do inciso IX teria abarcado em nosso ordenamento pátrio o conceito de *security*, figura presente no direito americano. Como exposto acima, o Brasil inicialmente optou por modelo mais restrito, considerando como valores mobiliários apenas os casos previstos em lei. Essa discussão sobre a acepção do significado dos valores mobiliários é de fundamental importância para se definir o alcance de incidência da Lei 6.385/76, e os casos que deverão atender a seus requisitos.

Nelson Eizirik, em sua obra Mercado de Capitais - Regime Jurídico contribui de forma decisiva para a compreensão do fenômeno das *securities* no direito americano:

(...) a *security* compreende o investimento de dinheiro em um
empreendimento comum, no qual a expectativa de lucros
depende unicamente dos esforços de terceiros.

Ou seja, no direito americano, constituem securities não somente os títulos tradicionalmente emitidos por uma sociedade anônima (como ações e debêntures), mas também qualquer “contrato de investimento”, considerando-se como tal, via de regra, aquele correspondente a um investimento em dinheiro, em um empreendimento comum, cujo lucro dependa, essencialmente, dos esforços de terceiros.

Nos Estados Unidos, normalmente, se não houver expressa exclusão legal e desde que os recursos investidos nos empreendimentos sejam captados junto ao público, podem ser considerados securities investimentos que englobem as mais diversas atividades, tais como negócios em glebas de terra, em loteamento, em empreendimentos rurais, em obras de construção civil, em títulos de clube etc.

(...) o importante é o investimento, ou melhor, o investimento com a expectativa de obter um retorno financeiro.”¹⁹

Encerrando a discussão sobre o tema, o autor finaliza de forma brilhante, apontando a extensão da aplicabilidade desse conceito no ordenamento jurídico de nossa nação:

“(...) com o advento da Medida provisória nº 1.637/98, os valores mobiliários passaram a ser não apenas aqueles que já se encontravam previstos na legislação em vigor, mas também quaisquer contratos de investimento oferecidos ao público investidor, que aplica os seus recursos na expectativa de obter lucro, não tendo, no entanto, controle direto sobre o empreendimento, uma vez que o responsável pelo sucesso do negócio é o empreendedor.”²⁰

Enriquecendo ainda mais a discussão, pode-se trazer à baila, a contribuição de Roberto Quiroga Mosquera²¹, que define valores mobiliários como sendo “*os negócios jurídicos relativos a investimentos oferecidos ao público, sobre os quais o investidor não tem controle direto, cuja aplicação é feita em dinheiro, bens ou serviço, na expectativa de lucro, não sendo necessária a emissão do título para a materialização da relação obrigacional*”.

Analisada as particularidades dos valores mobiliários, não resta dúvida, que no que concerne as RCEs, o conceito de valores mobiliários não contempla as peculiaridades deste bem.

Podemos apontar como falta de requisitos para tal, os seguintes elementos: (i) ausência de investimentos e aplicações diretas do público; (ii) ausência de direito de participação, parceria ou remuneração; e, (iii) determinação da CVM autorizando apenas as sociedades anônimas a emitirem títulos ou contratos de investimento coletivo.

¹⁹ EIZIRIK, Nelson; GAAL, Ariadna; PARENTE, Flávia; HENRIQUES, Marcus de Freitas. Mercado de capitais – regime jurídico. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 32

²⁰ Idem. p.33.

²¹ MOSQUERA, Roberto Quiroga. Tributação no Mercado financeiro e de capitais, 2º Ed., São Paulo: Editora Dialética, 1999, p.131.

A implementação de projeto de MDL, sem dúvida alguma, implicará em investimento e gastos de recursos pelo seu titular. Entretanto, não há previsão de investimentos ou aplicações de recursos realizados diretamente pelo público para financiamento dessas atividades. Nem tão-pouco, enxerga-se a presença de aplicação de investimentos com a finalidade de auferir lucro.

No que pese a possibilidade de financiamento de projeto de MDL por algum órgão ou empresa celebrado com o titular do projeto, não restará mesmo assim, finalidade de obtenção de lucro; e sim, apenas de recebimento das RCEs geradas.

Complementarmente, a certificação de projetos de MDL e a posterior emissão de RCEs pelo Conselho Executivo de MDL, em nenhum momento concedem ao titular ou a terceira parte, direito de participação ou remuneração. Corroborando esse entendimento, Gabriel Sister²² afirma: *“(...) no caso das RCEs, a absoluta inexistência de “direito de participação, de parceria ou de remuneração” gerado a partir da emissão do referido instrumento.”*

Por fim, analisando os dispositivos regulatórios dos valores mobiliários, encontra-se na Instrução CVM nº. 270, do ano de 1998, dispositivo determinando que, apenas “poderão emitir títulos ou contratos de investimento coletivo para distribuição pública as sociedades constituídas sob a forma de sociedade anônima”.

Conforme mencionado em capítulo antecedente, o ente responsável pela emissão das RCEs é o Conselho Executivo de MDL da ONU, um organismo internacional, que não é constituído sob a forma de sociedade anônima, prevista pela legislação nacional.

Ora, diante desta barreira, não poderá o operador do direito brasileiro encontrar espaço legal para enquadrar os contratos celebrados pelos titulares de projetos de MDL como contratos de investimentos sujeitos a controle e regulamentação pela CVM.

Ainda sobre esta temática, é relevante mencionar a iniciativa do Deputado Federal Eduardo Paes, através da apresentação de Projeto de Lei de sua autoria – nº.3.552, do ano de 2004, que pretendia classificar as RCEs como valores mobiliários, e instituir sua

²² SISTER, Gabriel. Mercado de Carbono e Protocolo de Quioto – aspectos negociais e tributação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p. 54

negociação função exclusiva da BM&F, dirimindo assim as dúvidas que pairam sobre esta questão. Reproduzo abaixo o texto proposto pelo Deputado:

Art.4º Enquanto título, as RCEs, possuem natureza jurídica de valor mobiliário para efeito de regulação, fiscalização e sanção por parte da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sujeitando-se portanto ao regime da Lei 6.385 de 07 de dezembro de 1999.

Parágrafo único – Após aprovação pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, a CVM fica responsável pelo registro e validação das entidades operacionais designadas.

(...)

Art.6º No intuito de facilitar a liquidez dos títulos, a CVM fará impor certa padronização dos contratos e a concentração das transações em mercado de bolsa através da Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F, situada na Bolsa de Valores do Estado do Rio de Janeiro – BVRJ.

A iniciativa, por sua vez, não logrou êxito na Câmara de deputados. No início do ano corrente, o projeto foi arquivado.

Permanece, portanto, a impossibilidade jurídica de enquadramento dos certificados de redução de emissão dos GEE, como valores mobiliários.

3.2 *Commodities*

Despontou no cenário jurídico, uma tese que pretende ver as RCEs sendo classificadas e tratadas como *commodities* – também denominadas por alguns como *commodities ambientais*.

Antes de iniciarmos nossos entendimentos, vejamos como o Novo Dicionário de Economia de Paulo Sandroni classifica o termo²³:

“commodity (mercadoria em inglês). Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância

²³ SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia do Século XXI*. São Paulo: Editora Record, 2005. p.218

comercial, como é o
estanho, do cobre etc.”

caso do café, do chá, do algodão, do

Do estudo do direito comparado, podemos estender nossas análises à definição provida no Dictionary of Finance and Investment Terms²⁴:

“commodities bulk goods such as grains, metals, and foods traded on a
commodities exchange or on the spot market”.

Essa classificação nasceu fruto do desejo de criação de um mercado internacional de comercialização de RCEs, nos moldes dos atuais mercados futuros, que pudesse propiciar uma livre negociação desse certificado entre as partes interessadas.

Muito tem se comentado sobre a criação de fórmulas que permitam a livre negociação das RCEs em bolsas de mercadorias. No Brasil, A Bolsa de Mercadorias e futuro (BM&F) desenvolveu estudos sobre o tema e demonstra ativamente seu interesse em ver as RCEs negociadas em seu pregão.

Os mercados futuros desenvolvem, em sua essência, transações envolvendo commodities agrícolas e outros produtos semelhantes, com operações de compra e venda desses bens, com previsão de entrega futura, com preço previamente estabelecido.

Nascidos para proteger os agricultores das oscilações de preços, e, portanto, garantir segurança aos resultados de suas safras, as commodities alcançaram um novo patamar após sua comercialização em bolsa de mercadorias. A especulação realizada pelos investidores transformaram estas operações em negócios que envolvem grandes somas, traduzidas em ótimas oportunidades de ganhos financeiros para estes investidores.

Como exemplo deste modelo, podemos citar a experiência desenvolvida nos Estados Unidos – apesar de nação não-signatária do Protocolo de Quioto – que instituiu em seu país um mercado próprio de comercialização de certificados de redução de emissões (distintos das RCEs emitidas pela CQMCC), na Bolsa de valores de Chicago.

Retornando a análise da natureza jurídica das RCEs, podemos então consolidar o entendimento sobre a definição das *commodities* como mercadorias ou produtos comercializado em grandes volumes, de natureza tangível, em geral encontrados nem estado bruto ou *in natura*, submetidos a um sistema de preços, na maioria das vezes, estabelecidos pelo mercado internacional.

²⁴ DOWNES, John. Dictionary of finance and investment terms. Jordan Elliot Goodman – 7th ed.

Através das considerações acima mencionadas, podemos concluir que a existência das *commodities* pressupõe a existência de um ativo vinculado. Esse ativo é representado por mercadorias e bens, em regra geral, em seu estado bruto, que deverão ser disponibilizados pelo vendedor em momento futuro. Não resta dúvida, portanto, que se trata de bem corpóreo, com existência material do bem.

Adicionalmente, observa-se que as *commodities* representam mercadorias naturalmente sem diferenciação, individualizadas apenas pelo seu gênero e espécie, com possibilidade de substituição por outras de mesma natureza. Sua identidade revela um caráter de padronização e uniformidade aos seus produtos.

Posição compartilhada pelo autor Gabriel Sister em obra sobre o tema²⁵:

“...o uso do termo *commodity*, em qualquer situação, importa reconhecer que o objeto referido é fungível e inclui-se essencialmente na classificação de bem corpóreo sujeito à mercancia”.

Em contraponto, as RCEs representam direitos conferidos ao titular de projeto de MDL, concedidos na proporção de toneladas de emissão de CO₂ reduzidas. O caminho para obtenção de aprovação a um projeto de MDL foi detalhado em capítulo próprio neste trabalho, e como definido anteriormente, sua implementação prevê o desenvolvimento de projeto específico, sujeito a aprovação por entes nacionais e internacionais.

Após concedida todas as autorizações internas e externas, as reduções de emissões de GEE produzidas serão alvo de contabilização e como resultado, serão transformadas em número proporcional de RCEs. Ao titular do projeto, será creditado a quantidade de RCEs geradas em conta com seu nome junto a CQMCC. Negociadas as RCEs, seus direitos serão transferidos para o adquirente, através de crédito pela CQMCC, em conta de titularidade do comprador.

Desse processo, extraem-se algumas conclusões claras: (i) as RCEs não possuem existência material; (ii) não podem-se caracterizar RCEs como mercadorias; (iii) quanto à fungibilidade, as RCEs possuem estreita conexão com seu projeto gerador, e deles não podem se dissociar.

²⁵ SISTER, Gabriel. Mercado de Carbono e Protocolo de Quioto – aspectos negociais e tributação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p. 64

No momento da negociação das RCEs, o titular do projeto de MDL dispõe do seu direito face ao adquirente. Não possuem existência física, e sua negociação representa uma cessão de bem sem que haja transferência física. Não resta dúvida, que estamos diante de bem incorpóreo ou intangível.

Quanto à classificação das RCEs como mercadorias, vejamos em primeiro momento a definição de mercadoria encontrada em obra de referência sobre o tema, desenvolvida pelo autor José Eduardo Soares de Melo²⁶:

“Mercadoria”, tradicionalmente, é bem corpóreo da atividade empresarial do produtor, industrial e comerciante, tendo por objeto a sua distribuição para consumo, compreendendo-se no estoque da empresa, distinguindo-se das coisas que tenham qualificação diversa, segundo a ciência contábil, como é o caso do ativo permanente.”

Fica claro, desta forma, que sendo as RCEs bens incorpóreos, sem existência física, não estariam presentes os elementos essenciais para enquadramento desses bens como mercadorias. A mera negociação em bolsa de mercadorias não confere as RCEs natureza de mercadoria.

Finalmente, quanto a fungibilidade das RCEs, é de grande importância novamente reforçar que esses bens possuem estrito vínculo com o projeto de MDL desenvolvido e dele nunca se dissociam. Compartilhando o mesmo pensamento, Gabriel Sister²⁷ esclarece que “as RCEs derivam de um processo individual e único de aprovação no qual a parte interessada submete um projeto específico à aprovação de um órgão qualificado para sua análise, sendo que, em momento algum, as RCEs se dissociam do projeto que as gerou”.

Nesse sentido, as RCEs apresentam-se distante de uma das características essenciais das commodities; sua natureza de bem fungível.

Uma vez encerrado esta contraposição de institutos jurídicos, o que se depreende dessa análise é que mesmo sendo defendido por conhecedores do tema, fica evidente que

²⁶ MELO, Jose Eduardo Soares de. *A importação no Direito Tributário: impostos, taxas, contribuições*. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2003. p. 123

²⁷ SISTER, Gabriel. *Mercado de Carbono e Protocolo de Quioto – aspectos negociais e tributação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p. 68

nas RCEs não estão presentes os elementos e requisitos fundamentais para caracterização deste bem como uma *commodity*.

3.3 Bem Intangível ou incorpóreo

Os civilistas, desde suas raízes no direito romano, atribuem significado diverso dos bens e das coisas, ainda que não haja na doutrina acordo quanto a conceituação destes institutos. Como bem salienta Clóvis Beviláqua, “*a palavra coisa, ainda que, sob certas relações, corresponde na técnica jurídica ao termo bem, todavia dele se distingue*²⁸.”

Segundo Sílvio Salvo Venosa, “*os bens são as coisas, mas nem todas as coisas merecem a classificação de bens. As coisas são tudo aquilo que existe na natureza, objetiva ou subjetivamente suscetível de ser ou não percebido pelos sentidos, e, utilizados pelo homem, de modo geral tudo aquilo que não é pessoa*²⁹.”

Os bens são em verdade, coisas apropriadas pelos homens nas quais recai o objeto do direito, que contém valor econômico. Assim, o objeto do direito pode recair sobre coisas corpóreas ou incorpóreas.

Pode-se, assim, afirmar, que a partir dessa concepção, os bens representam uma espécie de coisa. Como assevera Serpa Lopes³⁰:

“Sobre o nome de coisa, pode ser chamado tudo a quanto existe na natureza, exceto a pessoa, mas como bem só é considerada aquela coisa que existe proporcionando ao homem uma utilidade, porém, com o requisito essencial de lhe ficar suscetível de apropriação.”

²⁸ BEVILÁQUA, Clóvis. Teoria Geral do direito civil. 2º ed., Rio de Janeiro: Editora Rio, 1980. p. 234

²⁹ VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Parte Geral. 8º ed., São Paulo: Atlas, 2008. p. 123

³⁰ LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Curso de direito civil*. São Paulo: Freitas bastos, 1962 v. 1. p.312

Os bens, desse modo, podem ser valores materiais ou imateriais. Os direitos da personalidade, por exemplo, embora incorpóreos, quando violados podem ser avaliados em valor pecuniário, uma vez cabível indenização.

Assim, desde que o ordenamento jurídico atribua um direito, o objeto desse direito mesmo que insuscetível de apropriação física pode ser dotado de valor econômico.

Diante do exposto pelos ilustres autores, infere-se que com o advento do Protocolo de Quioto e a possibilidade de auferir certificado de emissão, passíveis de comercialização, o que antes representava mera liberalidade, inclui, hoje, na compreensão dos créditos de carbono a idéia de raridade, utilidade e valor econômico. Ou seja, antes do início da validade deste Protocolo, a não emissão de GEE não refletia no mundo jurídico, por simplesmente não ser objeto de direito. Agora, como instrumento sujeito à apropriação e dotado de valor econômico, ficam as RCEs enquadrados na classificação no direito civil de bens.

Aprofundando a classificação das RCEs, vislumbra-se seu caráter intangível ou incorpóreo, já que, como acima fora definido, constituem direitos sem existência no plano material, porém passíveis de negociação.

Desta forma, embora, excluída do atual Código Civil, do ano de 2002, a classificação de bens tangíveis e intangíveis, ou corpóreos e incorpóreos é de real valor para o enquadramento dos RCEs no direito civil, justamente por explicarem a existência jurídica destes, como outrora classificado, bem.

Os RCEs são entendidos como abstração do direito, já que não ocupam espaço no mundo físico, conceito este basilar de bens intangíveis. De acordo com Sílvio Salvo Venosa, “*os bens incorpóreos são os direitos das pessoas sobre coisas, sobre o produto do intelecto, ou em relação a outra pessoa, com valor econômico, como direitos autorais, créditos e invenções*³¹.” Diferentemente, os bens corpóreos são aqueles que nossos sentidos podem perceber, como os produtos agrícolas e minerais.

Logo, como bem material, os RCEs podem ser objeto de relações jurídicas, até mesmo porque a relevância desta classificação concerne a possibilidade de atribuir

³¹ VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Parte geral. 8º ed., São Paulo: Atlas, 2008. p. 129

valores a um elemento incorpóreo, que, enquanto bem (objeto apropriado pelo homem + valor econômico), passa a integrar o patrimônio das empresas.

3.4. Natureza jurídica das operações com RCEs

A partir do exposto, define-se a RCE como bem intangível ou incorpóreo. Como tal, as operações realizadas com RCEs constituem negócio jurídico, uma vez respeitados os requisitos de validade relacionados no art. 104 do Código Civil.

Há, entretanto, necessidade de definir juridicamente a natureza desse negócio jurídico, ou seja, de que forma o direito irá revestir as operações de RCEs.

Devido à natureza imaterial do objeto do negócio jurídico em questão, fica claro a impossibilidade de entrega da coisa, justificando, portanto, que enquanto bem incorpóreo o RCEs se sujeita a cessão. Assim, as modalidades de contrato que se efetivem somente com a tradição (entrega material da coisa) não são cabíveis nas operações de crédito de carbono, como o contrato de compra e venda.

Nas palavras de Silvio Salvo Venosa³²:

“Quando no direito a alienação tem por fim bens imateriais, toma o nome de cessão.

O cedente é aquele que aliena o direito; o cessionário, o que adquire.

A cessão de crédito é, pois, um negócio jurídico pelo qual o credor transfere a um terceiro seu direito. O negócio jurídico tem feição nitidamente contratual.

Nesse negócio, o crédito é transferido íntegro, intacto, tal como contraído; mantém-se o mesmo objeto da obrigação. Há apenas modificação do sujeito ativo, um outro credor assume a posição negocial. A cessão pode ocorrer a título gratuito ou oneroso; não há distinção na lei. Os respectivos efeitos não se alteram.”

³² Idem. p. 130

Desse modo, os RCEs ficam sujeitos aos contratos de cessão a título oneroso, em que as formalidades previstas no Código Civil devem ser respeitadas, desde as disposições basilares dos contratos no direito pátrio, como as referentes às solenidades previstas no art.288 e do §1º do art. 264 do mesmo diploma legal.

Cabendo ressaltar que quando transferido o direito à parte interessada, este se mantém íntegro substituindo-se apenas as partes envolvidas inicialmente. Os demais elementos do contrato ou direito são também mantidos e a ele considerados essenciais.

Assim, os projetos de MDL são o instrumento para viabilizar o nascimento desses direitos, ou seja, as RCEs emitidas. As RCEs constituem, portanto, o objeto do negócio jurídico, passível de cessão.

4 Carga tributária

Assim como as demais atividades empresariais, o desenvolvimento de projetos de MDL e a posterior comercialização do produto deste trabalho são ações que visam impactar favoravelmente os resultados das empresas e conseqüentemente incrementarem seus lucros.

Em relação à implementação de projetos de MDL, é necessário que o titular do projeto realize investimentos antes mesmo de início das atividades. As fases de elaboração e planejamento demandam dispêndios financeiros antes mesmo de se ter certeza da aprovação do projeto. Ademais, a aprovação dos projetos é procedimento que segue ritos burocráticos no Brasil e no exterior.

Nessa linha, a participação e o investimento das empresas em novos projetos de MDL encontram-se indissociáveis ao retorno financeiro esperado com a atividade.

Desta forma, é inegável que a carga tributária poderá influir de forma decisiva no momento da tomada de decisão sobre o investimento. Neste ponto, não se pode imaginar adesão do empresariado sem que haja certeza da fatia de seu rendimento que deverá ser recolhido aos cofres públicos em forma de tributos.

A legislação tributária brasileira estabelece grupo de tributos que possui como objeto de incidência a obtenção de lucros e rendimentos, distinguindo sua aplicação quanto às pessoas físicas e jurídicas.

Apesar de não haver nenhum óbice legal para a implementação de projetos de MDL por pessoas físicas, na prática, a complexidade e vultuosidade desses projetos conduzem de forma sistemática seu desenvolvimento às pessoas jurídicas. Desta forma, com o intuito de realizar estudo que reflita a realidade e as situações intrinsecamente relacionadas aos projetos de MDL, limitar-me-ei a análise da tributação sobre os lucros e rendimentos incidentes sobre as pessoas jurídicas no âmbito federal.

4.1 Contribuição ao programa de integração social e de formação do patrimônio do servidor público (“PIS”)

Instituído pela Lei complementar nº. 7, de setembro de 1970, e pela Lei complementar nº 8 de dezembro de 1970, o Programa de Integração Social e de formação do patrimônio do servidor público (“PIS/PASEP”) é um fundo constituído por uma contribuição paga mensalmente pelas empresas ao Governo Federal.

Parcela do valor arrecadado é utilizada para o financiamento dos programas de desenvolvimento econômico. O restante da contribuição arrecadada é utilizado para financiar o seguro-desemprego e os abonos salariais e rendimentos pagos aos empregados.

A base de cálculo do PIS/PASEP será o total das receitas e rendimentos brutos auferidos pelas empresas, como se extrai da leitura do artigo 1º da Lei nº. 9.718, reproduzido abaixo:

“A contribuição para o PIS/PASEP tem como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.”

A princípio, as empresas que comercializam RCEs deveriam ter suas receitas sujeitas a contribuição para o PIS/Pasep, visto que auferem rendimentos nestas transações.

Entretanto, a Secretaria da Receita Federal, através da Solução de consulta nº. 59, de março de 2008, proferiu entendimento isentando os rendimentos auferidos com a comercialização de RCEs da incidência do referido tributo, como pode se verificar da leitura da ementa abaixo.

“EMENTA: Está isenta do PIS/Pasep a receita relativa à cessão para o exterior de direitos relativos a créditos de carbono (Protocolo de Quioto) cujo pagamento represente ingresso de divisas.”

Diante do pronunciamento da autoridade fiscal brasileira, não resta dúvida que a hipótese de incidência de PIS/Pasep sobre o resultado da cessão onerosa das RCEs estará isenta da referida contribuição.

4.2 Contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”)

A contribuição para o financiamento da seguridade social, ou apenas Cofins, foi instituída através da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, e alterada posteriormente, de forma significativa, pela Lei nº 9.718/98, pela lei 9.732/98 e pela Medida Provisória nº 1.807, de 29 de janeiro de 1999.

Sua criação teve como fundamento, o financiamento por parte do governo das despesas incorridas nas áreas da saúde, previdência e assistência social.

No que tange a incidência e a base de cálculo, a COFINS guarda semelhanças com o PIS/Pasep. Sua base de cálculo também será o faturamento da pessoa jurídica, assim entendida sua receita bruta, ou seja, tudo rendimento que venha a ser auferido pela pessoa jurídica.

Assim como o PIS/Pasep, a análise inicial dos campos de incidência dessa contribuição leva a crer que o titular de RCEs estaria sujeito ao pagamento desse tributo no momento da cessão onerosa desse bem.

Entretanto, assim como ocorreu com o PIS/Pasep, a Secretaria da Receita Federal através do mesmo processo de consulta³³ proferiu:

“EMENTA: Está isenta de Cofins a receita relativa à cessão para o exterior de direitos relativos a créditos de carbono (Protocolo de Quioto) cujo pagamento represente ingresso de divisas.”

Conseqüentemente, não haverá incidência de COFINS sobre as receitas auferidas com a comercialização das RCEs.

³³ Solução de consulta nº. 59, SRF, março de 2008.

4.3 Imposto de Renda

A figura da tributação sobre os ganhos e lucros não é instrumento recente do Direito. No ordenamento brasileiro, apesar de haverem registros de sua existência desde o período de início do segundo reinado, o imposto de renda apenas passou a fazer parte do sistema tributário nacional com o advento da Constituição federal de 1934.

O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza é de competência da União, conferida pelo artigo 153, inciso III, da Constituição Federal de 1988. Constitui atualmente a maior fonte de receita tributária, sendo peça de grande importância no orçamento do governo federal.

Ideologicamente, este tributo tem como principal função servir de mecanismo de divisão e redistribuição de renda entre as diversas regiões e indivíduos. Neste sentido, é atribuído a este imposto, um determinado cunho de extrafiscalidade.

Conforme ensinamentos de Hugo de Brito Machado, *“pode-se afirmar que o imposto de renda embora tenha função predominantemente fiscal, têm também função extrafiscal altamente relevante”*³⁴.

Como característica relevante deste tributo, podemos ainda citar seu caráter de pessoalidade – à medida que sua incidência leva em consideração aspectos personalíssimos dos contribuintes – como ponto marcante.

4.3.1 Incidência

Conforme estabelecido pelo Código Tributário Nacional, em seu artigo 43, o imposto de renda incidirá sobre a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de

³⁴ MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 28º ed., São Paulo: Malheiros, 2007. p. 335.

renda ou proventos de qualquer natureza, que constituam acréscimo patrimonial para o contribuinte.

O Artigo 43, do CTN prevê:

“O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza, tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I – de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II – de proventos de qualquer natureza, assim entendidos, os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior;

§1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.

§2º Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referido neste artigo”.

Como elementos fundamentais das hipóteses de incidência deste tributo, emergem as figuras da “aquisição”, disponibilidade econômica ou jurídica” e “renda”. Desta forma, a compreensão das hipóteses de incidência deste tributo requerem um entendimento sobre os conceitos e limitações desses elementos.

Do esforço doutrinário em delimitar esses conceitos, extrai-se premissas fundamentais para compreender melhor a sistemática de incidência do IR. Segundo o doutrinador Sacha Calmon, “é o acréscimo patrimonial, em seu dinamismo acrescentador de mais patrimônio, que constitui a substância tributável pelo imposto”³⁵.

O ilustre autor Sacha Calmon, em sua precisa definição, traz à tona o figura do imposto de renda como elemento dinâmico. Segundo o autor, o imposto possui como elementos caracterizadores o conceito de dinamismo e temporalidade.

Seguindo para um olhar mais atento sobre a definição de renda, brilhante é o entendimento de Amílcar de Araújo Falcão³⁶ sobre o tema, assim definindo:

“o conceito constitucional de renda tributável é o aumento ou incremento de patrimônio de corrente do emprego do capital, do trabalho ou da

³⁵ COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário, 8º ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.p. 372

³⁶ FALCÃO, Amílcar de Araújo. Fato gerador da obrigação tributária, 4º ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977. p. 223

determinável, e combinação de ambos, expresso em dinheiro ou nele apurável em um momento ou um período de tempo.”

Compartilhando da mesma linha de interpretação, Hugo de Brito Machado aponta:

“a disponibilidade econômica decorre do recebimento do valor que se vem a acrescentar ao patrimônio do contribuinte. Já a disponibilidade jurídica decorre do simples crédito desse valor, do qual o contribuinte passa a juridicamente dispor, embora este não lhe esteja ainda nas mãos.”³⁷

Face ao exposto acima, não resta dúvidas que, o fato gerador do imposto de renda e proventos de qualquer natureza será o acréscimo patrimonial, independente de sua denominação ou origem, efetivamente disponibilizado ou juridicamente concedido. O fenômeno da majoração do patrimônio ensejará este tributo, estando o Estado limitado em seu poder de tributar os contribuintes com base nos conceitos desenvolvidos de renda, lucro e disponibilidade econômica.

De fato, a comercialização das RCEs representará um incremento ao patrimônio das entidades detentoras de sua propriedade. Não resta dúvida, que nas transações comerciais envolvendo RCEs haverá um ganho de capital em relação aos custos incorridos nas fases de implementação e manutenção dos projetos de MDL.

De tal sorte, não resta dúvida, quanto à incidência do referido tributo sobre os rendimentos auferidos com a comercialização desses bens (RCEs).

4.3.2 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)

A legislação sobre o imposto de renda da pessoa jurídica é extensa, prevendo diversos regimes de apuração de lucro, alíquotas, incidências e especificidades em sua tributação. As normas jurídicas procuram oferecer tratamento diferenciado às

³⁷ MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 28º ed., São Paulo: Malheiros, 2007. pg. 337.

peculiaridades desse segmento, diferenciando as empresas quer seja pelo volume de suas receitas brutas, pelo tipo societário e ramo de atividade.

Desta forma, mister se faz, para fins de análise de caso prático, adotar algumas premissas e delimitar o negócio jurídico, para que se possa produzir estudo pertinente sobre a tributação incidente sobre esta operação.

O estudo realizado neste trabalho adotará, portanto, as seguintes premissas; (i) realização de negociação de cessão de direitos sobre RCEs realizada entre duas pessoas jurídicas; (ii) a pessoa jurídica titular dos direitos sobre os RCEs trata-se de empresa constituída no Brasil; (iii) a empresa adquirente das RCEs está localizada em país estrangeiro.

4.3.3 Regimes de apuração do lucro

Como regra geral, as pessoas jurídicas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda de três formas distintas:

- I – tributação pelas fontes pagadoras;
- II – tributação exclusiva na fonte;
- III – tributação pela própria pessoa jurídica.

As pessoas jurídicas deverão apurar o imposto de renda devido com base em seu lucro. A determinação do lucro tributável deverá atender a uma das três metodologias determinadas pela legislação tributária pertinente a esta matéria: (i) lucro real; (ii) lucro presumido e (iii) lucro arbitrado. A opção pelo regime de tributação deve atender a requisitos determinados em lei.

A legislação tributária determina que em certas situações, a pessoa jurídica deverá obrigatoriamente fazer a apuração do imposto de renda com base no lucro real.

Nestes casos, não caberá ao contribuinte a opção pelo regime de apuração pelo lucro presumido, estando vinculado ao regime do lucro real. Restará apenas a possibilidade de apuração do imposto de forma trimestral ou anual.

Nesse sentido, a Lei nº. 9.249, do ano de 1995, veio através de seu artigo 27 incluir em nosso ordenamento jurídico a obrigatoriedade de apuração pelo lucro real às empresas que eventualmente auferirem receitas advindas do exterior.

“Art. 27. As pessoas jurídicas que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior estão obrigadas ao regime de tributação com base no lucro real.”

As receitas auferidas na comercialização dos RCEs representam, indubitavelmente, ingresso de divisas de entes situados no exterior. Desta forma, resta a pessoa jurídica residente no país, que auferir tal ganho de capital, a utilizar-se do regime de apuração com base no lucro real.

4.3.4 Cálculo do IRPJ devido

Por fim, apurado o fato gerador do IRPJ, resta-nos apresentar, para fins de consolidação dos entendimentos, os principais passos até a obtenção do valor de imposto devido, na sistemática de apuração pelo lucro real. Para isso, a empresa deverá:

- I – Contabilizar e apurar as despesas e custos operacionais;
- II – Contabilizar a receita da cessão dos RCEs;
- III – Proceder às adições e exclusões determinadas em lei;
- IV – Calcular o lucro líquido tributável;
- V - Aplicar as alíquotas e adicionais vigentes;

No âmbito dos projetos de MDL, a contabilização dos custos incorridos irá variar conforme o tipo de projeto desenvolvido. Importante para a correta apuração do imposto de renda devido, a existência de contabilidade organizada na empresa, que efetue o controle de entrada e saída dos insumos, dos gastos com pessoal, e dos demais desembolsos pertinentes.

De forma exemplificativa, podemos enumerar como custos básicos que deverão compor o custo de projeto de MDL, os desembolsos com: (i) folha de pessoal especializado; (ii) produtos e insumos utilizados no processo, tais como mudas de árvores e adubos nos projetos de reflorestamento; (iii) gastos com viagens eventuais e emissão de registros e documentos.

A legislação fiscal exige, ainda, que as despesas operacionais estejam devidamente suportadas por documentos hábeis e idôneos a comprovarem a sua natureza, a identidade do beneficiário, a quantidade, o valor da operação etc.

Adicionalmente, para fins de determinação do lucro real, as empresas deverão em conformidade com o disposto na legislação que trata do IRPJ, efetuar adições e exclusões previstas em Lei.

Já que o objeto da tributação no lucro real é o lucro líquido, o objetivo desses lançamentos é de adequar os montantes apresentados como resultado pelas empresas, estabelecendo quais gastos poderão ser computados como despesas, e quais elementos poderão ser excluídos.

As adições e exclusões encontram-se enumeradas nos artigos 249 e 250 do Regulamento do Imposto de Renda³⁸, instituído no ano de 1999. A título de exemplificação, podemos citar como adições estabelecidas em lei; as multas fiscais; as despesas com brindes; dentre outras. No caso das exclusões, podemos citar como um exemplo, os valores de depreciação acelerada incentivada não computados no lucro líquido.

³⁸ Decreto nº 3.000 de 1999.

Após a pessoa jurídica efetuar o cálculo do lucro líquido tributável, restará apenas como última etapa, aplicar as alíquotas vigentes em lei para se obter o valor devido de imposto.³⁹

4.4 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Enquanto os impostos advêm do poder de império do Estado e existem para manter a máquina estatal em funcionamento, as contribuições estão vinculadas a um objetivo distinto. O conceito de contribuição encontra-se revestido por um caráter finalístico, atrelado a idéia de participação e solidariedade entre os indivíduos pertencentes a determinada classe ou grupo social.

As contribuições são fruto da maior participação do poder público e dos entes governamentais na sociedade, e do reconhecimento aos indivíduos de certos direitos fundamentais. Esses direitos possuem conexão estreita aos conceitos de direitos humanos, solidariedade e justiça social.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL nasce pela intenção do Estado de garantir sustentabilidade aos mecanismos de seguridade sociais. A CSLL foi instituída no ano de 1988 - junto à promulgação da nova Constituição Federal, que em seu artigo 149 enumera as hipóteses para a criação dessas contribuições:

³⁹ As pessoas jurídicas estão sujeitas atualmente a uma alíquota de 25% para IRPJ.

4.4.1 Apuração da CSLL

Inicialmente, cumpre destacar, que a apuração da CSLL converge em muitos aspectos à apuração do imposto sobre a renda e rendimentos de qualquer natureza. Podemos citar como pontos de congruência, dentre outros, as normas de administração, cobrança e lançamento.

Nesse sentido, através da Instrução Normativa nº. 390, de 2004, a Secretaria de Receita Federal determinou:

“Art.3º Aplicam-se a CSLL as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e, no que couberem, as referentes à administração, ao lançamento, à consulta, à cobrança, às penalidades, às garantias e ao processo administrativo, mantida a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação da CSLL.”

4.4.2 Base de Cálculo

Assim como o imposto sobre a renda da pessoa jurídica, a base de cálculo e a incidência da CSLL atingirão o lucro auferido pelas empresas. Na determinação do lucro oferecido à tributação, a empresa deverá efetuar os cálculos diminuindo das receitas auferidas os valores de custo dos produtos ou serviços comercializados, bem como, das despesas operacionais incorridas, respeitando as adições e exclusões previstas em lei.

Citando trecho da célebre obra, Imposto de Renda das Empresas, referência entre os operadores das ciências contábeis, encontramos a seguinte delimitação da base de cálculo da CSLL:

“As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real determinarão a base de cálculo da CSLL tomando o lucro contábil, antes da provisão para o imposto de renda e para a CSLL(...)”⁴⁰

A alíquota de CSLL aplicável às pessoas jurídicas encontra-se prevista na Lei 7.689. Desde sua criação, ela já apresentou algumas variações. Atualmente, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, estão sujeitas a uma alíquota de nove por cento – art. 37 da Lei nº. 10.637 de 2002.

4.4.3 Incidência da CSLL sobre as receitas de exportação

Com o advento da Emenda Constitucional nº. 33, de 2001, o legislador pátrio promoveu alteração na redação do artigo 149 da Constituição Federal, estabelecendo a isenção das contribuições sociais sobre as receitas de exportação, como se extrai do texto legal abaixo transcrito:

“2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o *caput* deste artigo:

I – não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação; (...)”

A partir desse momento, despertou-se entre os operadores do direito entendimento de que os lucros auferidos pelas empresas resultantes da exportação de produtos e serviços estariam fora do campo de incidência da CSLL.

Adotando essa linha de raciocínio, algumas empresas titulares de projetos de MDL vêm defendendo a tese de que os lucros decorrentes da comercialização de RCEs não ensejariam a incidência da CSLL.

Para corretamente elucidar essa questão, mister se faz, debruçar-se sobre a correta aceção das palavras “lucro” e “rendimentos” disposta nos textos legais. Enquanto o conceito de rendimentos abarca a idéia de percepção de quantia em dinheiro auferida na

⁴⁰ HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fabio Hiroshi; HIGUCHI, Celso. *Imposto de rendas das empresas: interpretação e prática até 10-01-2008* - 33º ed. – São Paulo: IR Publicações, 2008. p.25

atividade da pessoa jurídica; o lucro representa um aumento perceptível no patrimônio da empresa em determinado período.

Em síntese, os rendimentos significam ingresso de receitas. Já o lucro, um acréscimo patrimonial fruto de um resultado positivo.

Nesse sentido, já se manifestou a Secretaria da Receita Federal, através de respostas às consultas elaboradas pelos contribuintes, sobre a imunidade da CSLL sobre as receitas de exportação, como segue abaixo:

“EMENTA: A Constituição imuniza as receitas decorrentes de exportação da sujeição às contribuições sociais cuja hipótese de incidência seja a receita, deixando de fora a CSLL, já que esta incide sobre o lucro.”⁴¹

“EMENTA: Imunidade. A imunidade conferida pelo art.149, §2º, inciso I, da Constituição federal alcança apenas as contribuições sociais que possuem como base de incidência as receitas decorrentes de exportação, não atingindo a CSLL.”⁴²

Corroborando este entendimento, o autor Hiromi Higuchi esclarece:

“Com a alteração, tem surgido entendimento de que a CSLL não incide sobre o lucro decorrente da exportação de produtos ao exterior.

O entendimento não procede quanto à CSLL das pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real porque já está pacificado nas jurisprudências administrativas e judiciais que a imunidade de empresas.”⁴³

Colocando um fim à discussão, o autor ainda exemplifica:

“Assim, a receita de venda de livros, jornais e periódicos tem imunidade de impostos mas o lucro gerado por essa receita não tem imunidade de imposto de renda sobre o lucro”⁴⁴

Face o exposto acima, não resta dúvida, que as empresas que auferirem lucros com a comercialização de RCEs, estarão sujeitas à tributação para CSLL.

⁴¹ Solução de consulta SRF nº 64, de 24 de agosto de 2004.

⁴² Solução de consulta SRF nº 31, de 25 de fevereiro de 2003.

⁴³ HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fabio Hiroshi; HIGUCHI, Celso. *Imposto de rendas das empresas: interpretação e prática até 10-01-2008* - 33º ed. – São Paulo: IR Publicações, 2008. p.803

⁴⁴ Idem, p.803.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho, vimos como as décadas de explorações dos recursos naturais sem responsabilidade deflagraram uma crise ambiental sem precedentes onde os danos ao meio ambiente, em muitos casos, já são de natureza irreversível.

Nesta linha, conferiu-se destaque especial para as mudanças climáticas e o processo de aquecimento global observado nos dias de hoje, decorrente do aumento dos gases geradores do efeito estufa em nossa atmosfera. Ressalta-se, em grande parte, fruto da interferência humana em nosso ambiente.

À frente, trilhamos um caminho resgatando os momentos mais relevantes da história recente, quanto ao debate e encontro das nações para discussão sobre a proteção do meio ambiente e do caminho para o desenvolvimento sustentável. Como destaque, analisamos as duas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Protocolo de Quioto.

Neste contexto, o Protocolo de Quioto surge como o grande instrumento para trazer equilíbrio ao clima mundial e, ao mesmo tempo, desenvolvimento sustentável para os países menos desenvolvidos.

Se durante décadas os países desenvolvidos se mostraram indiferentes quanto ao uso desenfreado dos recursos naturais em seus processos de industrialização e aos reflexos de seus danos, muitos deles reconheceram através de Quioto sua parcela de culpa na crise ambiental observada nos dias de hoje. E, como consequência, comprometeram-se perante o Mundo a diminuir as emissões de GEE assumindo para tanto investimentos e compromissos com um desenvolvimento mais limpo.⁴⁵

Com efeito, os mecanismos de redução dos GEE implementados pelo Protocolo de Quioto são responsáveis por materializar na prática, talvez pela primeira vez na história, uma cooperação real entre os países industrializados, os países em desenvolvimento e as entidades privadas.

⁴⁵ O Protocolo de Quioto estabeleceu a obrigação de redução dos GEE em 5,2% aos valores observados em 1990. Entretanto, nesse primeiro compromisso estabelecido para o período compreendido entre 2008 e 2012, o resultado final esperado com as reduções pode não ser observado, visto que, o maior poluidor do planeta – os Estados Unidos da América, não aderiu ao referido Protocolo. Ademais, não há certeza quanto ao cumprimento da meta estabelecida inicialmente de 5,2% pela totalidade dos países listados no Anexo I.

Da necessidade de cumprir com as metas impostas, nasce estreita relação entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, os quais podem apresentar projetos e assim auxiliar as nações industrializadas no cumprimento de suas metas. Do valor econômico atribuído as RCEs, surgem à participação ativa das empresas e órgãos privados interessados nos potenciais ganhos econômicos.

O grande mérito e a fórmula do sucesso do Protocolo de Quioto é, sem dúvida, a efetiva conciliação entre desenvolvimento e riqueza com o propósito de preservação e proteção do ambiente.

De fato, a articulação gerada entre os diversos entes, representa uma ferramenta eficiente para o desenvolvimento sustentável.

Nessa esteira, o Brasil desponta como um dos países com mais projetos aprovados e em funcionamento dentre os países em desenvolvimento. Nem por isso, vislumbramos internamente uma legislação aplicável ao tema. As transações envolvendo RCEs carecem de tratamento fiscal claro e, portanto, impera o clima de insegurança jurídica.

Dessa maneira, o terceiro e quarto capítulo deste trabalho, tiveram como escopo analisar os pontos obscuros das RCEs no Brasil que podem vir a configurar empecilhos ao engajamento do empresariado local nesses projetos. Tendo em vista que vivemos em um país onde a carga tributária em determinados segmentos torna por vezes inviável a continuidade dos negócios das empresas, enfrentamos, portanto, temas relacionados à classificação da natureza jurídica das RCEs e a sua provável carga tributária.

Como resultado, vimos que mesmo em um cenário de incertezas e lacunas legais, é possível traçar uma linha de entendimento com auxílio das leis civis e tributárias em vigor.

Quanto à natureza jurídica das RCEs, apoiando-se nos ensinamentos dos mais festejados doutrinadores do ramo do direito civil em nosso país, apresentamos uma classificação para as RCEs que de forma mais profunda toca as características particulares e intrínsecas a esse bem.

Quanto à carga tributária, com base na legislação sobre a tributação do lucro das empresas e nas manifestações das autoridades fiscais brasileiras, foi trilhado caminho conclusivo no que cerne os tributos devidos pelo titular de projeto de MDL no Brasil.

Nada obsta, entretanto, que as autoridades brasileiras debruçem maior atenção sobre o tema e produzam legislação adequada e suficiente para minimizar as incertezas vividas atualmente.

Sob a mesma ótica, deveria o governo brasileiro estudar possibilidades de diminuir a burocracia para incrementar a participação das empresas no mercado de carbono. Grande passo seria a adoção de incentivos fiscais para as entidades que elaborassem projetos de redução de GEE ou, até mesmo, a redução da carga tributária sobre estas transações.

Por fim, resta o desejo de que as alianças por ora bem sucedidas entre os diversos entes internacionais perdurem e, em função desse sucesso, se abra caminho para a inclusão e ratificação de um maior número de países a esse Protocolo.⁴⁶

Repleto de esperanças é como vemos, que os princípios e os objetivos idealizados em Estocolmo e no Rio de Janeiro não se perderam pelo tempo e nem pelas promessas não cumpridas dos governos. Eles vivem, com cada vez mais intensidade, a cada novo projeto de MDL que é certificado; a cada tonelada de gás carbônico que deixa de ser emitida e a cada novo cidadão que vislumbra através de sua ação individual refletir um futuro de esperança para as novas e futuras gerações.

⁴⁶ Até o presente momento, não há posicionamento formal dos países quanto a novos compromissos a serem adotados após o fim do primeiro período no ano de 2012. Não há tampouco, previsão de acordo que possa vir a substituir ou alterar o Protocolo de Quioto.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Luciano. *Direito Tributário Brasileiro*, 9º ed., São Paulo: Saraiva, 2003
- ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 2º. Edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1998.
- BEVILÁQUA, Clóvis. *Teoria Geral do direito civil*. 2º ed., Rio de Janeiro: Editora Rio, 1980
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de Direito Tributário brasileiro*, 8º ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.
- DE SOUZA, Rafael Pereira (coord.). *Aquecimento Global e Créditos de Carbono – aspectos jurídicos e técnicos*. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2007.
- DOWNES, John. *Dictionary of finance and investment terms*. Jordan Elliot Goodman – 7th ed.
- EIZIRIK, Nelson. *Reforma das S.A. & do Mercado de Capitais*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1998.
- EIZIRIK, Nelson; GAAL, Ariadna; PARENTE, Flávia; HENRIQUES, Marcus de Freitas. *Mercado de capitais – regime jurídico*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- FORTUNA, Eduardo. *Mercado financeiro: produtos e serviços*. 3º ed. – Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 1999.
- GORE, Al. *Uma verdade inconveniente*. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Editora Manole Ltda.
- GUERRA, Sidney. *Legislação de direito ambiental*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fabio Hiroshi; HIGUCHI, Celso. *Imposto de rendas das empresas: interpretação e prática até 10-01-2008* - 33° ed. – São Paulo: IR Publicações, 2008.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Curso de direito civil*. São Paulo: Freitas bastos, 1962 v.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 28° ed. – São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2007.

MARTINS, Eliseu; IUDÍCIBUS, Sergio; GELBCKLE, Ernesto Rubens. *Manual da contabilidade das sociedade por ações: aplicável às demais sociedades* - 7° ed., São Paulo: Atlas, 2007.

MELO, José Eduardo Soares de. *A importação no Direito Tributário: impostos, taxas, contribuições*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MOSQUERA, Roberto Quiroga. *Tributação no mercado financeiro e de capitais*, 2° ed., São Paulo: Dialética, 1999.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil. Parte geral*, v. 1, 32° ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia do Século XXI*. São Paulo: Editora Record, 2005

SISTER, Gabriel. *Mercado de Carbono e Protocolo de Quioto – aspectos negociais e tributação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

TÔRRES, Heleno Taveira (coord.), *Direito Tributário Ambiental*. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2005.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil: Parte geral*. 8° ed., São Paulo: Atlas, 2008.